



Kellen da Silva Coelho*
Eloise Helena Livramento Dellagnelo**

*Mestre em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal da Paraíba. Endereço: Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil - CEP: 58051-900
E-mail: kellen.coelho@hotmail.com

**Doutora em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima. Trindade. CEP:88040-970.
E-mail: eloise@cse.ufsc.br

Resumo

Discussões sobre transformações nas práticas de organizar têm despertado a atenção no campo dos estudos organizacionais. Apesar dos estudos desenvolvidos na área, persiste a polêmica acerca de práticas de organizar que signifiquem rupturas efetivas com o modelo hegemônico constatado no campo. Para muitos, a flexibilidade perseguida em muitas organizações tem significado, mais claramente, a continuidade da perspectiva gerencialista de gestão. Entretanto, estudos sobre um pensamento alternativo e resistência a práticas hegemônicas de organizar vêm crescendo entre estudos das organizações. À luz do trabalho de Laclau e Mouffe (1985), Spicer e Böhm (2006) alertam para a dinâmica dos movimentos sociais como importante espaço para análise nos estudos organizacionais. Assim, pretende-se, com este trabalho, analisar as publicações sobre a dimensão organizacional dos movimentos sociais, em artigos científicos da Revista Brasileira de Ciências Sociais na última década. Objetiva-se, desta forma, proporcionar um alargamento teórico aos estudos organizacionais sobre alternativas na produção do organizar.

Palavras-chave:

Movimentos Sociais. Organizações. Práticas Alternativas.

Abstract

Transformation discussions on the practices of organizing have called attention of the organizational study fields. In spite of the studies developed in the area, the polemic persists about the practices to organize that means effective breaks with the hegemonic model found in the field. The flexibility pursued in many organizations has a meaning, more clearly, the continuity of the management generalist perspective. However, studies about alternative thoughts and resistance to hegemonic practices of organizing have been increasing among organization studies. According to Laclau and Mouffe (1985), Spicer and Böhm (2006) warn about the social movement dynamic as an important space to analyze the organizational studies. Thus, it is intended, with this work to analyze the publications about the organizational

dimensions of the social movements in scientific papers of Brazilian Social Science Journal on the last decade. It is aimed, in this way, to give a theoretical enlargement to the organizational studies about the production alternatives of organizing.

Keywords

Social Movements. Organizations. Alternative Practices.

1. Contextualização do estudo

A partir dos anos sessenta, as ciências humanas começaram a se deparar com reflexões acerca da sua identidade, haja vista que certas premissas, bem como teorias e categorias se mostravam inadequadas à complexidade da realidade social vivenciada (COOPER; BURRELL, 1998). No campo organizacional, a fase antecessora dessas reflexões foi chamada por Reed (1992) de “idade da inocência” e os anos setenta, conforme o autor, foram palco de uma crise na teoria organizacional. Os questionamentos emergentes nesse período têm como base a constituição de novas formas organizacionais e de mecanismos de controle do comportamento social, o que remete à expectativa de um afastamento de formas organizacionais weberianas. Para Weber (1947), o predomínio de uma racionalidade instrumental na sociedade leva a um processo de dominação racional-legal, no qual a forma mais característica de organização social é a burocracia.

Clegg (1990) acredita que o aspecto fundamental da organização burocrática é o processo de diferenciação; assim, o autor considera pertencentes a uma época pós-moderna as organizações em que se pode identificar o movimento oposto, ou seja, a desdiferenciação. Sob uma lógica de comparação, Clegg (1990) comenta que as configurações das organizações contemporâneas, em detrimento das organizações modernas, apresentam disparidades e diferentes modos de racionalidade na sua construção. Segundo ele, isso se deve à relação estabelecida

com as culturas locais, com os processos de moldagem e de regulação institucional advindos do Estado e de outras agências de racionalização, cujos recursos usados no jogo de poder no âmbito das organizações são moldados por uma matriz de possibilidades. Clegg (1990) defende a ideia de que nem toda tese que utiliza a eficácia para ratificar a supremacia de um número limitado de formas organizacionais tem o respaldo que se imagina. Para argumentar esta afirmação, o autor contempla as histórias de sucesso econômico do Extremo Oriente, em que não há convergência com uma forma estrutural dominante, mas sim parece ser concedido espaço a uma diversidade de alternativas.

A despeito disso, mesmo diante do distanciamento do modelo burocrático de organização, por meio do movimento de desdiferenciação, nos casos apresentados pelo autor, o aparato técnico da burocracia se constitui de mecanismos que visam à otimização do controle e da dominação, os quais se julgam necessários à eficiência. Deste modo, depreende-se que a superação da modernidade poderia se manifestar pela efetiva superação dessa dominação, que nem sempre se consolida em novas formas organizacionais, pois algumas ainda são concebidas, fundamentalmente, sob a lógica do controle.

Nesta mesma linha de raciocínio, uma pesquisa realizada por Dellagnelo (2000) constatou um aumento no potencial de flexibilidade em uma série de organizações no que diz respeito às dimensões: tecnologia, estrutura e cultura organizacional. No entanto, a autora destaca que apesar de representar certo distanciamento da rigidez do modelo burocrático, a manifestação de outra racionalidade, que não a instrumental, é passível de questionamentos.

Para Paes de Paula (2002), até mesmo as novas teorias administrativas são tributárias das antigas escolas da administração, sendo que se persiste a manutenção das harmonias administrativas e do *ethos* burocrático. Ao revisitar o pensamento de Tragtenberg (1974), a autora afirma que, ao dissimular o conflito existente entre os interesses de empresários e trabalhadores, comprometem-se as energias individuais e sociais voltadas à democratização

das relações no mundo do trabalho. Todo este contexto acaba por legitimar as relações de dominação, que favorecem a produtividade e a ordem nas organizações, e que está muito longe de promover a liberdade do trabalhador.

Além das dificuldades de constatação empírica, estudos sobre novas formas organizacionais também apresentam suas fragilidades. De acordo com Palmer, Benveniste e Dunford (2007), embora já se estudem novas formas organizacionais por mais de vinte anos, negligenciam-se os diversos pressupostos inevidentes nos usos do termo “novas formas organizacionais”, por parte dos vários pesquisadores. Os autores constatam que estudiosos manifestam dificuldade em mensurar o que as diferencia de formas organizacionais tradicionais. Dentre os muitos motivos, destacam a inconsistência na linguagem e, por isso, sugerem que se analisem cinco diferenças-chave: o tipo de mudança, os resultados da mudança para nova forma organizacional, os condutores das mudanças para novas formas organizacionais, o nível de análise associado à discussão sobre novas formas organizacionais e o significado de novas formas organizacionais. Assim, defendem a adoção de um diálogo produtivo entre as novas formas organizacionais por meio de diferentes perspectivas teóricas, cujo objetivo é identificar em que áreas de acordo com novas formas organizacionais podem avançar e onde diferenças podem ser aceitas e respeitadas.

Diante de vários desses dilemas, com o tempo, foi possível observar que o interesse já não se centra na identificação da ruptura com o modelo weberiano, mas sim no conhecimento de formas alternativas de gestão que incorporem discussões a respeito da dominação e emancipação humanas dentro de sistemas sociais.

Com base nisso, Misoczki, Flores e Silva (2008) comentam que estudiosos das organizações precisam se expor a outras possibilidades: tanto àquelas já presentes em nosso campo disciplinar e que adotam uma abordagem processual do organizar, quanto à fertilização a partir do engajamento com outros campos disciplinares.

Nesta linha de raciocínio, Böhm (2006)

questiona desde práticas modernas até outras práticas organizativas, como movimentos sociais e outras formas de configuração de sistemas sociais alternativos, com o intuito de criar uma ruptura com as formas hegemônicas no âmbito organizacional. O autor tem como propósito reposicionar a teoria das organizações, ou seja, contestar algumas verdades advindas do discurso gerencialista, bem como de correntes críticas a este discurso.

Segundo o autor, a teoria organizacional não se restringe à esfera micropolítica, pois ela tem uma nítida relação com processos sociais de resistência à submissão ao sistema capitalista. Neste sentido, Böhm (2006) trata de um posicionamento organizacional diante dos ditames do *management*, em seguida, aborda o desposicionamento (contestação de tais ditames) e, por fim, constrói uma nova síntese dialética, ou seja, um projeto de reposicionamento, que nada mais é do que a reconstrução baseada nas deficiências de tal projeto, e que desconsidera as relações sociopolíticas.

Contudo, tanto o posicionamento como o desposicionamento apresentam suas limitações. Böhm (2006) comenta que muitos são os modos de gestão usados para legitimar vários discursos de desposicionamento. Surge, a partir disso, o interesse pela construção de uma teoria que comporte a contemplação de práticas alternativas de gestão, como movimentos sociais e outros movimentos de resistência aos modelos hegemônicos e aos discursos camuflados pelo desposicionamento. Deste modo, acredita-se na perspectiva de análise e formulação de efetiva crítica às formas de organização hegemônicas do capital.

Laclau e Mouffe (1985) afirmam que o conceito de hegemonia é uma resposta aos discursos essencialistas, os quais veem a realidade ser estruturada por leis econômicas específicas que dão origem a classes econômicas. Na opinião desses autores, a conceito de hegemonia foi introduzido para sugerir que a estruturação da realidade não depende apenas de necessidades econômicas, mas, também, de política e, portanto, de contingências estratégicas. Esses autores relatam que Gramsci (1971) foi um dos mais

importantes “antiessencialistas” que reconheceu o caráter contingente e histórico da classe trabalhadora; para ele, apesar das necessidades econômicas específicas, a classe operária é solicitada a articular as suas demandas dentro de um campo plural de política democrática (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 70). Hegemonia é, dessa forma, um conceito que visa a ampliar o significado da política para além do campo da produção econômica, bem como do Estado, para incluir a multiplicidade de relações da sociedade civil. Tal conceito, assim, organiza o controle dentro de todos esses três domínios.

Laclau e Mouffe (1985) expandem o trabalho de Gramsci ao conceitualizar hegemonia como uma formação discursiva. Seguindo Foucault (1991), eles argumentam que uma relação hegemônica deve ser entendida como uma formação discursiva que percorre diferentes esferas da realidade social. Para eles, lutas sociais, raramente, são articuladas dentro do perímetro confinado, por exemplo, no local de trabalho. Em vez disso, a área econômica do local de trabalho é controlada pelo Estado e legitimada por meio de uma contestada variedade de práticas da sociedade civil.

O argumento de Laclau e Mouffe (1985) foi embutido em uma conjuntura histórica específica, a qual, em meados da década de 1980, foi caracterizada pela: crise da esquerda (a crise da social-democracia e o projeto comunista), a ascensão do neoliberalismo (Thatcher e Ronald Reagan), bem como o surgimento dos chamados novos movimentos sociais, como: feminista, *gay*, verde, pacifistas e movimentos dos direitos civis de negros, dentre outros. (BÖHM, 2006). A preocupação de Laclau e Mouffe (1985) foi lançar questionamentos acerca de políticas sociais específicas para estes desenvolvimentos que se caracterizam não apenas por preocupações da classe trabalhadora ou movimentos de trabalho, mas por uma multiplicidade de lutas discursivas.

Com base nas reconhecidas limitações dos estudos organizacionais para a compreensão de práticas alternativas de organizar e nas ideias de Laclau e Mouffe (1985) a respeito dos movimentos sociais e das práticas discursivas envolvidas neste campo, advoga-se que seja interessante uma aproximação entre esses dois

campos de estudos: teorias sobre movimentos sociais e teorias organizacionais.

Acredita-se que seja instigadora uma maior compreensão a respeito da dinâmica do organizar própria dos movimentos sociais, ou a dinâmica da organização da resistência, com intuito de proporcionar um alargamento teórico dentro dos estudos organizacionais no que tange às alternativas da produção do organizar. (COOPER; BURRELL, 1988).

Essa aproximação, de certa forma, vem acontecendo, porém, algumas críticas já foram desenvolvidas. Tilly (1988), por exemplo, contesta esta proximidade por advogar a ideia de que movimentos sociais não são organizações e, também, não representam organizações de um tipo especial. Conforme o autor, seguindo uma lógica evolucionista, os movimentos sociais são substituídos por organizações a partir do momento em que se formalizam.

Porém, ao se analisar seu comentário, pode-se entender que o autor restringe a sua concepção de organização ao aspecto formal, pautando-se em princípios weberianos afins à modernidade. Até mesmo em outro trabalho seu, desenvolvido com Tarrow e McAdam (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009), sem querer, esses autores contemplam a influência da organização informal na prática de um movimento social, ao citar que as pessoas aderem à ação coletiva muito por causa das redes de laços interpessoais do que em função da organização formal ou de incentivos individuais aos quais são submetidos.

Além disso, como diz Melucci (1994), os movimentos sociais são parte de uma realidade social, em que as relações sociais não são cristalizadas em estruturas. Os movimentos, como o próprio termo já induz, transitam e fluem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. Segundo o autor, os movimentos sociais permitem abordar os problemas mais gerais e questionar a teoria social, tratando de questões epistemológicas, como, por exemplo, o que é uma ação social.

Gohn (2006) sistematiza as principais teorias e paradigmas sobre movimentos sociais na produção das ciências sociais contemporânea; faz um estudo comparativo entre essas teorias, apontando convergências e divergências entre

os debates; apresenta o caso da América Latina e a inadequação de teorias correntes; bem como delinea tendências para os movimentos sociais no Brasil com base na globalização da economia, da política e das relações socioculturais.

Segundo essa autora, com exceção de alguns artigos publicados, a literatura sobre movimentos sociais, em termos teóricos, no Brasil, ainda é muito escassa. Ela comenta que a produção brasileira sobre os movimentos sociais apresenta três características marcantes: grande parte dos estudos é de natureza empírico-descritiva; há uma segregação dos estudos nas áreas acadêmicas e grande parte em cursos de pós-graduação; e existe uma adoção acrítica do paradigma europeu, em suas várias vertentes.

Ao encontro disso, Rosa et al (2009), ao se remeterem aos estudos organizacionais, reconhecem a fragilidade dos estudos sobre movimentos sociais nesta esfera, quando apresentaram, no XXXIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, uma agenda de pesquisa direcionada aos aspectos organizacionais dos movimentos sociais na América Latina. Para efetivar tal estudo, os autores situaram os movimentos sociais na esfera da sociedade civil como objeto exclusivo de análise; contemplaram as dimensões, que chamaram de facetas - política, cultural e organizacional; e avaliaram o nível de interdisciplinaridade envolvido neste campo de estudo. (ROSA et al, 2009).

Após um levantamento bibliográfico dos trabalhos publicados nos principais periódicos e eventos no campo da Administração, esses autores observaram que há poucos trabalhos publicados; entre estes, há pouca ou nenhuma ênfase nos aspectos organizacionais; quanto a estes, têm pouca interface com teorias organizacionais; e só um trabalho estabeleceu uma relação com os movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Assim, eles questionaram como poderiam desatar os dois “nós”: o da *hegemonia* de estudos voltados para a organização produtiva, que dificultam análises vinculadas aos movimentos sociais; e o da *resistência* ao uso de teorias organizacionais para analisar movimentos sociais.

Com base nas limitações do modelo hegemônico de organizar, Cooper e Burrell

(1988) alertam para o reconhecimento de que a sociedade se caracteriza por forças heterogêneas e conflitantes. A ideia que surge é a de que a organização é um processo baseado não só na invenção de uma nova lógica econômica, mas também, em outro território organizado. Assim, evidencia-se a limitação do sistema exclusivamente pautado na lógica produtiva e se transcende à necessidade de análise para outros âmbitos da organização social.

Nesta linha de raciocínio, o segundo nó pode ser o reflexo da impressão repassada a outras áreas de conhecimento, no sentido de que o ‘organizar’ se fundamenta em restritos mecanismos rígidos de controle da produção e isso, supostamente, acarreta o receio da obstrução de características marcantes das ações coletivas - quais sejam: a fluidez e a inconstância - e, em especial, dos movimentos sociais. (MELUCCI, 1994).

Na construção da referida agenda, Rosa et al (2009) constataram que os trabalhos retratam a viabilidade de se analisar a dimensão organizacional desses movimentos, no campo da Administração e, com isso, desata-se o primeiro “nó” (hegemonia de estudos voltados para a organização produtiva), dando margem a outras análises do gênero. A despeito disso, nenhum desses trabalhos sobre movimentos sociais contemplou as teorias das organizações em seus estudos, mantendo o segundo “nó” intacto (*resistência* ao uso de teorias organizacionais para analisar movimentos sociais).

Diante destas tentativas de aproximação entre estudos acerca de movimentos sociais e organizacionais, bem como das limitações dos trabalhos até então realizados, julgou-se interessante analisar as publicações advindas do campo de Ciências Sociais no Brasil, mais especificamente da Revista Brasileira de Ciências Sociais, nos últimos dez anos, para averiguar o que se tem escrito a respeito da dimensão organizacional dos movimentos sociais.

2. Método de pesquisa

Este estudo classifica-se como ensaio teórico e se baseou em artigos científicos publicados

na Revista Brasileira de Ciências Sociais, por ser a única revista brasileira classificada pelo Sistema Qualis (CAPES) como categoria A1. Delimitaram-se os últimos dez anos, pois a intenção era investigar o olhar concedido à dimensão organizacional nos últimos tempos, embora se reconheça que outras décadas foram mais expressivas na história dos movimentos sociais no Brasil.

Para melhor delimitar as unidades de leitura, buscaram-se artigos que tivessem as palavras “movimento” e “mobilização”, no corpo do seu texto. Posteriormente, foram excluídos os que não tratavam de movimentos sociais, especificamente, o que totalizou dez (10) trabalhos: três (3) publicados em 2001, um (1) em 2002, dois (2) em 2004, um (1) em 2005, dois (2) em 2006, e um (1) no ano de 2007.

Ao visar a uma compreensão mais ampla da produção do organizar, bem como a respeitar a dinamicidade e fluidez dos movimentos sociais, inicialmente, não foram definidas categorias de análise para o estudo da dimensão organizacional, tornando possível a revelação de novos *insights* aos estudos organizacionais, na busca pela compreensão de práticas alternativas aos modelos hegemônicos de organização existentes na área. Com a intenção de direcionar a análise, trabalhou-se com as seguintes dimensões: temas abordados, autores utilizados, conceitos adotados e tratamento explícito ou implícito ao tema.

3. Análise dos trabalhos selecionados

O trabalho de Eder (2001) trata da importância da classe social nos estudos sobre movimentos sociais; consiste em um estudo teórico, no qual o autor aborda questões relacionadas às mudanças culturais da sociedade e à nova configuração de uma classe - a classe média. O autor, em princípio, comenta que o discurso em termos de classe é considerado, por muitos, impertinente ao contexto da sociedade contemporânea, já que este não mais exprime uma configuração industrial, sendo suas ideologias distintas. Entretanto, ele se utiliza de uma estratégia oposta, que busca investigar até que ponto os novos movimentos sociais são

indicadores de novas divisões ou antagonismos sociais; tais divisões são percebidas como substitutas da antiga divisão de classe, baseada nas categorias capital e trabalho.

De acordo com Eder (2001), há de se reconhecer a explicação histórica para a obsolescência das classes sociais, mas não a explicação estrutural. Com essa pesquisa, ele identificou que certas variáveis socioestruturais (ascensão da classe média) e culturais (história das preocupações da classe média tal como são expressas nas diversas formas de radicalismo dessa classe) contribuem para a capacidade de agência coletiva com o objetivo de definir características em termos de conflitos ou antagonismos estruturais; além de uma terceira variável para diferenciar conflitos e antagonismos sociais que podem se tornar o campo das relações de classe e os que não podem fazê-lo.

No que tange aos temas abordados a respeito da dimensão organizacional, percebe-se que os aspectos culturais que envolvem os novos movimentos sociais recebem atenção do autor. Com a preocupação de operacionalizar a categoria “classe”, Eder (2001) destaca que alguns autores recorreram à análise da composição social de ativistas e dos apoiadores dos movimentos, bem como investigaram as dimensões culturais de protesto, por meio de interesses, normas e valores partilhados nos movimentos sociais. Nesta operacionalização, Eder (2001) não apresenta os autores utilizados, apenas em notas finais sugere leituras como: Clegg (1989), para tratar de normas institucionais; e Centers (1949), com relação a atitudes e valores. Além desses autores, Eder (2001) também recomenda a leitura de Cohen (1985), Offe (1985) e Melucci (1985, 1988, 1989).

Negrão (2001) aborda a realidade do messianismo no Brasil e busca prognosticar o futuro dos movimentos messiânicos. Para isso, ele se apoia em estudos realizados sobre três significativos movimentos messiânicos, quais sejam, Juazeiro, Canudos e Contestado, retomando questões teóricas e metodológicas. O autor comenta que tais movimentos não podem ser enquadrados em uma mesma categoria por apresentarem características que os diferem, em termos organizacionais, como, por exemplo, liderança que, nos dois primeiros casos, é

carismática, diferente do caso do terceiro. O tema da liderança é um elemento bastante contemplado nesse estudo.

Negrão (2001) constata que os movimentos messiânico-milenaristas tendem a se tornar escassos, mas não a desaparecer. No Brasil, tais manifestações surgem, em grande parte, nos centros urbanos que acolhem migrantes de origem rural, com problemas de integração ao novo ambiente. O autor chama a atenção para que se considere a pluralidade pela qual passa o ambiente religioso da cidade grande, já que migrantes abandonam suas crenças e optam por uma nova concepção religiosa, geralmente espírita; bem como a modificação do imaginário, das crenças, por meio do discurso dos líderes que empregam elementos esotéricos, ufológicos e proféticos, nos quais circulam preceitos míticos e rituais específicos. Assim, nota-se que, nesse trabalho, além da liderança, são explanados os temas referentes à cultura e à articulação dos movimentos com a sociedade. Ao abordar as peculiaridades organizacionais de tais movimentos, o autor usa, em especial os autores Monteiro (1974, 1977), Pereira de Queiroz (1957), Vinhas de Queiroz (1977), que estudaram, especificamente, cada um dos referidos movimentos.

Donadone e Grün (2001) contemplam a evolução das formas de gestão empresariais e a difusão e implementação da participação dos trabalhadores nesta gestão, não só sob a lógica econômica, mas também cultural, por meio da análise dos movimentos operário e sindical. Fica, desta forma, explícita a preocupação com o tema organizacional “participação”. Eles baseiam esse estudo em artigos da revista Exame de 1967 a 1990 e nos arquivos de publicações sindicais da década de 70 e 80 do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (Dieese), além de utilizarem Bourdieu (1989) e Cole (1989) para estabelecer algumas de suas inferências.

Conforme os autores, o conceito de participação percorreu um caminho peculiar na sociedade industrial brasileira, nas duas últimas décadas do século passado, pois começou se configurando com estratégias mais radicais do movimento operário, em que havia um confronto ao peleguismo sindical e ao autoritarismo do governo, para, no início deste século, passar a ser

visto como uma ferramenta gerencial. Nos anos 70, membros do movimento sindical disputavam espaço com os gerentes que começavam a se apropriar do conceito. Nos anos 80, a balança do poder pendia mais para o lado gerencial e, nos anos 90, houve uma apropriação da temática “participação” pelo universo gerencial, o que neutralizou o papel dos sindicatos no tratamento do tema. Os autores citam Bourdieu para afirmar que houve um “alongamento dos circuitos de legitimação”, em que homens de ação aparecem para o público engajados com a primazia da palavra final sobre o sentido de “participação”, flexibilizando construções de sentido já produzidas pelos seus contendores, buscando a conveniência. Eles questionam até que ponto é possível se cogitar participação em uma conjuntura na qual os questionadores do processo são, funcional e ideologicamente, subordinados aos gerentes. Os autores comentam que muitos acadêmicos mesclam rigor científico com propaganda de consultoria, visando à autoridade científica e ao dinamismo intervencionista. Assim, paradoxos como estes criam conflitos táticos e semânticos sobre o tema, frente às constantes adaptações. A dependência e o antagonismo entre os grupos acabam por legitimar os conceitos e seus verbalizadores, ou seja, o conceito torna-se uma “obra sem autor”. Notou-se, no artigo em questão, a presença forte de discussões em torno de questões de poder/conflito (antagonismos), de formas de gestão empresarial e de estratégias de emancipação.

Maia e Fernandes (2002) comentam que o movimento social, ao mesmo tempo em que busca discussões internas, procura, também, ampliar seus debates públicos. Nesse estudo, as autoras focam o movimento antimanicomial, sua criação, a organização de sua estrutura administrativa, dentre outros aspectos. Incentivado por este movimento, o debate antimanicomial procura influenciar na socialização dos membros da sociedade, bem como na produção de conhecimento especializado por parte de instituições educacionais típicas. Elas baseiam-se em Habermas (1994) para afirmar que o debate não deve ser visto como um plano racional para a sociedade, mas como uma avaliação crítica das razões de interlocutores acerca da sustentação ou

não de normas vigentes.

As autoras tratam da questão da liderança e da cultura. Segundo elas, por mais que líderes e dirigentes de movimentos sociais tenham, supostamente, definições e soluções para os problemas, a formulação discursiva, reconhecida como um conjunto de vozes, pode contribuir muito para a recolocação de algumas questões. Mas, para isso, cabe haver um processo de aprendizado consolidado em práticas interativas que deem espaço para a manifestação de visões; sendo, assim, um processo de interpretação coletiva e não só um procedimento de tomada de decisões. Maia e Fernandes (2002) defendem a ideia de que, deste modo, os debates podem auxiliar no aperfeiçoamento de políticas institucionais e no subsídio de ações administrativas. Elas também mencionam que, frente à busca de autonomia e de oportunidades de escolha do doente mental, o Movimento Antimanicomial mostra como a dimensão da identidade coletiva está imbricada na individual e frisa a necessidade de condições advindas de serviços especializados para que a pessoa com esse tipo de deficiência tenha condições efetivas de definir os direcionamentos da sua vida. Para tecer suas arguições sobre os temas organizacionais deste movimento, as autoras se fundamentam em Fraser (1986, 1996, 1997), Melucci (1996) e Habermas (1974).

No artigo “Espaços deliberativos e a questão da representação”, Pinto (2004) discute a relação entre os princípios de participação e a representação nas atuais teorias e prática democráticas, as quais reconhecem a capacidade do regime em gerar justiça e inclusão social. Segundo a autora, há um consenso segundo o qual a democracia representativa da forma como se consolidou no século XX não dá conta dos problemas sociais e culturais contemporâneos, sendo necessárias formas alternativas de participação. No entanto, a autora se questiona até que ponto a substituição da representação pela participação como forma de solucionar problemas da democracia representativa não incorre nos mesmos limites delineados por esta.

Pinto (2004) apresenta experiências deliberativas na América Latina, na África, na Ásia e na Europa, resultantes de um projeto de pesquisa dirigido por Boaventura de Souza

Santos. Tais estudos mostraram que a sociedade civil tem êxito na sua organização quando há radicalmente ausência quase total do Estado ou quando o Estado assume grande parte das responsabilidades na referida organização. Pinto (2004) menciona que, de acordo com as análises de Iris Young (2000) - filósofa e cientista política estadunidense, da qual a autora adotou, significativamente, os seus trabalhos sobre inclusão e democracia -, pode-se vislumbrar uma ponte entre sociedade civil e Estado, mas com relação à representação, há dificuldades em expor suas formas de ocorrência. Os partidos políticos aparecem como relegados a segundo plano, sendo considerados um estorvo ou espaço para corrupção. Os instrumentos de interação entre a sociedade civil e a política institucional precisam de uma maior atenção voltada ao seu desenvolvimento. A teoria normativa da democracia associativa não consegue evitar distorções no processo participativo - como, por exemplo, a superparticipação de determinados grupos; assim, configura-se uma espécie de divisão de trabalho, em que as esferas de poder de instituições geridas pela representação são intocadas. Segundo Pinto (2004), quem não tiver espaço de representação tende a reproduzir a sua exclusão; e quanto mais houver processo de inclusão, mais haverá a necessidade de gerir desacordos, conflitos e discussões. Assim, a autora aborda os seguintes temas organizacionais: organização, interação, participação, conflitos e poder.

Mauro Almeida (2004) elaborou o artigo “Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas”. De acordo com ele, muitas vezes, pensa-se que poderes hegemônicos exercidos sobre populações e territórios nas margens de sistemas mundiais são incontestáveis; no entanto, por meio dessa visão, não haveria espaço para agentes locais na história. As alternativas podem estar em caminhos imprevisíveis, através dos quais se constroem fatos novos locais. Na década de oitenta, sindicalistas agrários converteram-se em seringueiros e houve uma mudança no discurso, na linguagem, ou seja, em vez da reivindicação por terra, houve a procura por grandes florestas para uso coletivo, e a pauta de melhores preços cedeu lugar à defesa da natureza. Diante disso,

os seringueiros conseguiram, no Alto Tejo, a expropriação anticapitalista e a posse coletiva da terra, em vez de serem expropriados pela frente capitalista e madeireira. Para isso, o autor aborda a articulação de várias personalidades, como: Chico Ginu, Chico Mendes e Antônio Macedo. As ideias sobre ambientalismo, que circulavam em âmbito internacional, chegaram à floresta, junto com pessoas e recursos, os quais eram controlados por uma associação dirigida por Chico Ginu, enquanto as relações externas eram geridas por Chico Mendes.

Houve, então, um desenvolvimento desigual e combinado: desigual, pois houve diferenças profundas entre as práticas dos altos cursos de rio no Alto Juruá e o modo de vida de aliados do Rio de Janeiro e São Paulo; e combinado, porque os seringueiros associaram seu modo de vida a elementos externos, com vistas a sua autodefesa. Deste modo, seringueiros que eram marginalizados por uma estrutura global-nacional, tomaram partido em uma conjuntura única, usando meios materiais e simbólicos para construir alternativas históricas. Os seringueiros deixam de ficar a mercê de uma valorização com a chegada de cada novo ciclo econômico e passam a se portar como cidadãos, políticos, gerentes de associação, professores e pesquisadores. Frente a isso, com relação aos temas organizacionais, o autor contempla a questão da linguagem, dos símbolos e da identidade de forma muito relevante, utilizando autores que abordam o contexto dos seringueiros, como Almeida (1990), Wolff (1999), Pantoja Franco (2001); Anderson (1991), dentre outros.

Neves (2005) discute formas de superação do racismo que, segundo ele, eram saciadas por muitos por meio de propostas de revalorização de manifestações culturais de origem africana, em busca de uma identidade negra que possibilitasse o acesso de militantes aos centros de decisão governamentais, sendo então priorizadas mudanças simbólicas.

O autor indaga o que acontece quando as políticas afirmativas do movimento negro começam a se expandir pelo país, se é apenas uma forma de reforçar a identidade de origem africana ou se é capaz de alterar as desigualdades

sociais. Ele comenta que, nos Estados Unidos, já se implantam políticas afirmativas desde os anos 60, mas não há consenso sobre a promoção de igualdade social. De acordo com críticos, tais políticas não são ações distributivas e só beneficiam certo número de indivíduos do grupo alvo da ação, mas, por outro lado, o caráter obrigatório dessas políticas conseguiu reduzir a discriminação racial no mercado de trabalho. O autor acredita que essas políticas não tiveram como objetivo combater a desigualdade social, mas sim integrar um grupo ou membros do grupo ao sistema, afastando barreiras que obstruíam o acesso; ou seja, são políticas reformadoras e não transformadoras da estrutura social.

No Brasil, um exemplo, são as políticas de cotas que, de acordo com experiências vivenciadas em outros países, não combateu desigualdade social de forma global, mas são as únicas medidas factíveis em curto prazo para engajar o Estado no combate à discriminação racial. Essas políticas mexem com a autoestima da população negra, mas o autor alerta para o fato de que isso não deveria fazer com que se obscurecessem as reivindicações por políticas públicas favoráveis à população discriminada. Com a política de cotas, uma parte do movimento reduziu suas expectativas à criação de uma classe média negra, que teria a missão de reduzir a desigualdade social. No entanto, conforme a experiência norte-americana, isso não tem significado uma ação dessa classe em favor dos negros mais pobres. Neves (2005) cita Nancy Fraser, ao mencionar que a depreciação do ideal socialista teve como resultado a redução do apelo mobilizador das lutas redistributivas, cuja dimensão da cidadania pode ficar em segundo plano. Assim, para tratar do assunto, o autor utilizou os temas organizacionais ligados aos modos de articulação do grupo na sociedade, às questões de poder e às estratégias adotadas, tendo como referência Mendonça (1996), Emcke (2000), Bauman (2003) e Hanchard (1996).

França (2006) realizou um estudo de caso para analisar o movimento homossexual contemporâneo diante do fortalecimento de um mercado específico dirigido a esse público. Para isso, averiguou as relações desse movimento e o mercado de consumo segmentado direcionado a

homossexuais em São Paulo, por meio da discussão sobre atuações de travestis no movimento. De acordo com França (2006), imbricam-se as lógicas de quatro grupos: um grupo de travestis que deseja frequentar estabelecimentos destinados ao público homossexual; outro, de atores do mercado segmentado que se recusa aceitar a presença de travestis, a fim de preservar o nicho de consumidores; um grupo de *gays*, militantes e não militantes que apoia a diversidade sexual e a não segmentação; e um quarto grupo que defende estabelecimentos exclusivos para interação entre homens como forma de identidade homossexual.

A autora frisa a dinamicidade das relações de poder no âmbito do movimento e na sociedade como um todo, ou seja, aborda as fissuras, os conflitos e as contradições existentes dentro do movimento; afirma que este se articula sob a lógica de negociação entre diferentes identidades, sendo evidente o caráter contingente das alianças estabelecidas. Os anseios dos travestis podem ser entendidos como uma reiteração da norma ou uma subversão ao movimento, já que são desestabilizadas as suas estruturas normativas. Assim, França (2006) destaca o que acontece quando um grupo socialmente marginalizado busca direitos mediante uma prática específica a ser negociada com seus “aliados naturais”. Como temas organizacionais, destacam-se liderança e estratégia, mas além de Butler, Laclau e Zizek (2003) os outros autores adotados neste estudo contemplam, especificamente, os movimentos sociais homossexuais e de gênero.

Favareto (2006) busca, em seu artigo “Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil”, demonstrar articulações e as fraturas ocorridas ao longo da história do novo sindicalismo rural. A década de noventa foi marcada por muitos deslocamentos, tanto na expressão do novo sindicalismo sindical como nos seus parceiros e aliados. Além das questões internas a essa vertente sindical, as readequações em seu próprio projeto sindical - a filiação da Contag à CUT e a adoção da agricultura familiar como identidade e público prioritário das ações - resultaram em rearranjos do conjunto de forças que compõem os movimentos sociais rurais. Conforme o autor, observa-se que houve

uma ruptura, na medida em que se passou a ter uma posição mais pragmática diante de projetos políticos, em que ora há um posicionamento crítico, ora pendem-se à proposição e negociação.

Diante disso, a presença do novo sindicalismo é quase nula em locais em que predominam agricultores mais capitalizados, mas é forte em regiões de predomínio da agricultura familiar de “transição”. No Nordeste, o novo sindicalismo vem acontecendo tanto no agreste como no sertão; enquanto no Norte, o sindicalismo cutista abrangeu quase a totalidade de sindicatos. As maiores possibilidades de crescimento em termos sindical encontram-se no Sudeste e Nordeste; já no Sul há uma disputa entre novo sindicalismo e o sindicalismo oficial. Segundo o autor, essa multiplicidade faz com que o novo sindicalismo se depare, em alguns casos, com a necessidade de ações políticas de ruptura e, em outros, com a necessidade de processos sociais de inserção de agricultores no mercado. Favareto (2006) comenta que, nas três últimas décadas, os elementos que respondem pela estrutura sindical mudaram significativamente e, a partir dessa nova configuração de identidades e oposições, suas lideranças construirão futuras etapas.

Assim, no trabalho de Favareto (2006), encontram-se os seguintes temas organizacionais: estrutura, identidade, estratégia e lideranças, mas não os discute, apenas os apresenta de forma superficial e complementar à história do sindicalismo rural. Tais temas foram apresentados, com alicerce, dentre outros autores, em Antunes (1995), Veiga et al (2001); Abramovay (2000) e Favareto e Demarco (2004).

Santos (2007) comenta que, ao longo dos tempos, o movimento homossexual passou por desafios e transformações: de um movimento literário e contra-cultural, passou a ter uma feição mais integrativo-corporativa, incorporando atores importantes como o Estado e o mercado. Tal feição é acompanhada pelo movimento na mídia, pelas atividades artísticas e pela legitimidade das reivindicações homossexuais diante da sociedade. A interação do movimento com o Estado foi fundamental frente a uma política de combate à AIDS, que possibilitou, no Estado de São Paulo, a aprovação da lei n.10.948, em 05 de novembro

de 2001, além de levar a questão da diversidade sexual a outras esferas da ação estatal.

A confluência de fatores externos (estrutura de oportunidades políticas) e internos (capacidade de mobilização e inovação nos repertórios de ação coletiva) demonstra o poder adquirido pelo movimento na inserção de suas demandas na agenda pública. No entanto, o autor menciona que o grande número de assassinatos de homossexuais e a ampla homofobia revelam o expressivo desafio a ser transportado pelo movimento na garantia de direitos humanos desse grupo. Os elementos organizacionais mais evidentes neste estudo foram: as formas de articulação do movimento com as políticas institucionais brasileiras, as estratégias dos movimentos e a inovação adotadas nos piquetes. Nos comentários sobre inovação, Santos (2007) usa os artigos publicados na Folha de São Paulo; para estratégias, adota Galvão (2000); e Tarrow (2004), para tratar das articulações.

Diante desta análise, foi possível notar que em todos os trabalhos, há uma manifestação explícita, ou seja, deliberada dos temas organizacionais; no entanto, estes não são desenvolvidos à luz de fundamentos organizacionais. Em alguns dos trabalhos, como, por exemplo, os de Donadone e Grün (2001) e de Maia e Fernandes (2002), adotam-se, respectivamente, Bourdieu e Habermas, que são estudiosos que transitam nos estudos organizacionais; porém, em grande parte dos artigos, os temas relativos ao organizar são comentados sob os alicerces dos estudos sobre movimentos sociais.

4. Considerações finais

Após a leitura analítica dos dez (10) artigos, pôde-se constatar que grande parte dos trabalhos apresentados não se estende à dimensão organizacional. Muitos temas referentes à organização são citados, mas de forma expressivamente superficial; os autores não aprofundam o assunto, apenas citam essa questão como uma característica do movimento social apresentado, ficando evidente que

preocupação maior dos autores é com a ideologia do movimento.

Ao analisar a dimensão organizacional, houve uma proximidade expressiva com os elementos antropológicos e comportamentais que são tratados na Administração, porém têm seus alicerces em outros campos de conhecimento. Já se esperava que esta perspectiva predominasse na literatura analisada, em função da natureza que move a formação de um movimento social, a qual se pauta em convicções, adesões dos grupos e, também, a contraposição a algo que gera a luta entre as partes envolvidas.

Dentre os temas mais citados, destacaram-se: poder, articulação, estratégia, cultura, liderança, estrutura e participação. Além destes, também foram mencionados: comunicação, inovação e outros subtemas que podem ser enquadrados nos destaques citados, como interesses, integração, políticas etc.

A respeito de poder, os trabalhos contemplam de modo significativo as questões de disputa, os conflitos existentes entre os grupos e dentro dos próprios grupos, como, por exemplo, no artigo “Cada macaco no seu galho?”, quando França aborda as subdivisões que tendem a enfraquecer o movimento homossexual. Além disso, também se enfatiza a caracterização dos interesses das partes envolvidas na luta.

A forma de articulação entre os membros, a integração entre o movimento e a esfera pública, bem como a sua aceitação e ligação com demais membros da sociedade civil foram, também, assuntos que vieram à tona em certos trabalhos, como no de Pinto (2004). Esta articulação, ou seja, a integração mensurada em muitos artigos, segundo autores como Neves (2005), consagram-se, dentre outras formas, com base em mecanismos de comunicação persuasivos, os quais passam a compartilhar valores do movimento com a sociedade e que servem como uma estratégia relevante neste contexto.

Este compartilhamento de valores consolida a evidente preocupação dos autores acerca da cultura do movimento. Negrão (2001), por exemplo, ao tratar dos movimentos messiânicos, dedica uma atenção significativa ao quesito crença, envolvendo o imaginário e o poder de abstração das pessoas acerca dos

movimentos por ele abordados. Nesta linha de raciocínio, pôde-se constatar que as lideranças dos movimentos receberam um expressivo realce, sendo que, em muitos casos, sobrecarregaram sobre os líderes a responsabilidade em torno da dinâmica do movimento e do poder de conquista de novos adeptos, da manutenção dos seus membros e persuasão de outras esferas, como do poder público, a exemplo do caso do trabalho de Santos (2007). Deste modo, os líderes têm a incumbência de envolver pessoas e tarefas no âmbito do movimento e, seguindo esta lógica, são tecidos comentários sobre a estrutura organizacional dos movimentos, tal como tratou Eder (2001), que menciona características dos novos movimentos sociais, em termos socioestruturais.

A participação é um tema organizacional que também permeou muitos trabalhos, sendo que, geralmente, ao se referir à participação no movimento, os autores trataram da forma como ela era concebida e instrumentalizada. O artigo de Donadone e Grün (2001) foi o que, como já comentado, abordou este tema mais intensamente, sendo a sua concepção o forte desse trabalho.

Quanto aos autores citados nos artigos, notou-se que, na maioria dos trabalhos, o(s) autor(es) realiza(m) uma forma de relato dos movimentos e nem sempre as obras utilizadas como referência são citadas no corpo do texto. Para reduzir esta reticência, as notas estabelecidas no final do artigo são uma forma de comunicação do autor com o leitor, o que ofereceu, neste estudo, indícios para a identificação de autores que foram base para as análises. Também, foi possível constatar que poucos autores utilizados para tratar da questão organizacional são estudiosos específicos desta área, sendo que a maioria dos trabalhos aborda tais temas à luz da literatura sobre movimentos sociais.

Assim, depreende-se que o olhar da Revista Brasileira de Ciências Sociais à dimensão organizacional dos movimentos parece, ainda, tímido, já que negligencia muitos detalhamentos das categorias apresentadas; e suspeita-se que militantes e estudiosos sobre movimentos sociais tenham o receio da abordagem sobre outras formas de organizar, haja vista que o modelo hegemônico de organizar é o gerencial, o qual

pode comprometer a fluidez, a imprevisibilidade e despreocupação com os aspectos teleológicos, pertinentes à essência dos movimentos sociais.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 4., 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2000.

ALMEIDA, Mauro W. As colocações como forma social: sistema tecnológico e unidade de recursos naturais. **Terra Indígena**, ano 7, v. 54, p. 29-39, 1990.

_____. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-52, jun. 2004.

ANDERSON, Anthony. Forest management strategies by rural inhabitants in the Amazon Estuary. In: GOMEZ-POMPA et al. (Ed.). **Rain forest regeneration and management.** Paris: Unesco, 1991. p. 351-360.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil.** 2 ed. Campinas: Pontes, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BÖHM, Stephen. **Repositioning organization theory.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

BOURDIEU, P. **La noblesse d'état.** Paris: Ed. De Minuit, 1989.

BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. **Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos em la izquierda.** Tradução de Cristina Sardoy e Graciela Homs. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CENTERS, R. **The psychology of classes: a study of class consciousness.** Nova York: Russel & Russell, 1949.

CLEGG, S. H. **Modern organizations**: organization studies in the postmodern world. London: Sage Publications, 1990. Cap. 7.

_____. **Organizational theory and class analysis**: new approaches and new issues. Berlin; New York: de Gruyter, 1989.

COHEN, J. H. Strategy or identity: new theoretical. **Social Research**, v. 4, n. 52, p. 663-716, 1985.

COLE, R. **Strategies for learning**: small group activities in American, Japanese and Swedish industry. Berkeley: University of California Press, 1989.

COOPER, Robert; BURRELL, Gibson. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. **Organizations Studies**, v. 1, n. 9, p. 91-112, jan. 1988.

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis. Novas formas organizacionais: se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organização? **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 7, n. 19, p. 19-34, set./dez. 2000.

DONADONE, Júlio César; GRÜN, Roberto. Participar é preciso! Mas de que maneira? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 111-125, out. 2001.

EDER, Klaus. A classe social tem importância nos estudos dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 05-27, jun. 2001.

EMCKE, Carolin. Between choice and coercion: identities, injuries and different forms of recognition. **Constellations**, v. 7, n. 4, p. 483-495, 2000.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.

_____; DEMARCO, Diogo. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco Estados brasileiros. In: SCHNEIDER Sérgio et al. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.121-146.

FOUCAULT, M. **Discipline and punish**: the birth of the prison. London: Penguin, 1991.

FRANÇA, Isadora Lins. “Cada macaco no seu galho?”: Poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p.103-115, fev. 2006.

FRASER, Nancy. Toward a discourse of ethic of solidarity. **Praxis Internacional**, v. 5, n.4, p. 421-432, 1986.

_____. Multiculturalism and gender equity: the U.S. ‘difference’ debates revised. **Constellations**, v. 3, n. 1, p. 61-72, 1996.

_____. **Justice interrupts**: critical reflections reflections on the “post-socialist” condition. Londres: Routledge, 1997.

GALVÃO, Jane. **Aids no Brasil**: a agenda de construção de uma epidemia. São Paulo: ABIA/ Editora, 2000. v. 34.

GOHN, M. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GRAMSCI, A. **Selection from prison notebooks**. London: Lawrence & Wishart, 1971.

HABERMAS, Jürgen. On social identity. **Telos Spring**, v. 19, p. 91-103, 1974.

_____. Struggle for recognition in the democratic constitutional state. In: GUTMANN, A.(ed.), **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

HANCHARD, Michael. Resposta a Luíza Bairros. **Afro-Ásia**, n.18, p. 227-233, 1996.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist**

strategy: London: Verso, 1985.

MAIA, Rousiley C. M.; FERNANDES, Adélia B. O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p.157-171, fev. 2002.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf. Acesso em: 24 de setembro de 2010.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes:** collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, n. 40, nov., 1994.

_____. The symbolic challenge of contemporary movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 789-816, 1985.

_____. Getting involved: identity and mobilization in social movements. In: KLANDERMANS, B.; KRIEST, H.; TARROW, S. (Ed.). From structure to action: comparing social movement research across cultures. **International Social Movement Research**, Greenwich: JAI Press, 1988. p. 329-348. V.1.

_____. **Nomads of the present.** Social movements and individual needs in contemporary society. Londres: Hutchinson Radius, 1989.

MENDONÇA, Luciana F. M. **Movimento negro:** da marca de inferioridade à construção da identidade étnica. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1996.

MISOCZKI, M.C. A.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **Cadernos EBAPE. BR**, v. 6, n. 3, p.1-14, set. 2008.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século** - um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

_____. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (Ed.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. tomo. III, v. 2.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 119-129, jun. 2001.

NEVES, Paulo Sérgio da C.. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 81-96, out. 2005.

OFFE, C. Bemerkungen zur spieltheoretischen Neufassung des Klassenbegriffs bei Wright und Elster. **Prokla**, v. 15, p. 83-88, 1985.

PAES DE PAULA, A. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p.127 – 144, jan./fev. 2002.

PALMER, Ian; BENVENISTE, Jodie; DUNFORD, Richard. **New organizational forms: towards a generative dialogue.** **Organization Studies**, v. 28, n. 12, p. 521-536, 2007.

PANTOJA FRANCO, Mariana. **Os Milton:** cem anos de historia familiar nos seringais. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **La guerre sainte au Brésil:** le mouvement messianique du Contestado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1957.

PINTO, Célia Regina Jardim. Espaços deliberativos e a questão da representação. **Revista Brasileira**

de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 97-113, fev. 2004.

REED, M. Introduction. In: REED, M; HUGHES, M. **Rethinking organization: new directions in organization theory and analysis**. London: Sage Publications, 1992. ROSA, Alexandre Reis; MENDONÇA, Patrícia; ALVES, Mário Aquino. **Por uma agenda de pesquisa sobre Movimentos Sociais na América Latina**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ANPAD, 33., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 121-173, fev. 2007.

SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. **Organization Studies**, 2006. TARROW, Sidney. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. 2ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

TILLY, Charles. Social movements: old and new. In: Kriesberg, L. (Ed.). **Research in social movements, conflict and change**. Greenwich: JAI Press, 1988. p. 1-18.

TRATENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

VEIGA, José Eli et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Série Textos para discussão, 1, Brasília, Nead/MDA, 2001.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social** (A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977.

WEBER, M. **The theory of social and economic organization**. Glencoe, Ill: Free Press, 1947.

WOLFF, Cristina S. **Mulheres da floresta: uma**

história – Alto Juruá, Acre (1890- 1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

YOUNG, Iris. **Inclusion and democracy**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

